

Do Gênero à Ideologia de Gênero: Pânico Moral e Heteronormatividade nos Discursos da Ministra Damares Alves¹

Bruna Luiza de Camillo Allegretti²
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

RESUMO

O presente artigo pretende analisar, a partir de uma amostra de pronunciamentos da ministra Damares Alves, como o pânico moral e a heteronormatividade são construídos pelo discurso governista, para que, a partir disso, seja possível compreender a lógica da abordagem de gênero no bolsonarismo. Para isso, são usadas como bases a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, para entender a articulação de equivalências para construção de um discurso hegemônico, e a noção de performatividade, de Judith Butler, que questiona a existência de um ser pré-discursivo, passando pela ideia de pós-verdade (MCINTYRE, 2018). Serão trazidas também discussões recentes que problematizam a estratégia conservadora por trás do tema. O objetivo é entender como a esfera discursiva elucida sistemas normativos vigentes, que precisam ser considerados para que se possa estabelecer articulações contra-hegemônicas.

PALAVRAS-CHAVE: política; gênero; pânico moral; pós-verdade; análise do discurso.

A ideologia de gênero

O contexto brasileiro após as eleições de 2018 trouxe à tona um processo de polarização de discursos já iniciado anos antes com as manifestações de junho de 2013. Durante o processo eleitoral, analisando especificamente com relação ao discurso de gênero, de um lado os movimentos sociais brigavam pelas chamadas “pautas identitárias” e por maior visibilidade de minorias e grupos vulneráveis, para que suas demandas fossem incluídas na agenda política, e, de outro, grupos conservadores, religiosos e de extrema direita argumentavam pelo retorno aos “antigos valores da família”, ideia de cunho fundamentalista e patriarcal. Esse segundo grupo se apropriou do termo “ideologia de gênero” para fazer referência a algo como uma doutrina, que estaria sendo ensinada pelo grupo oposto, especialmente às crianças, para quebrar os padrões de comportamento hegemônicos com relação a identidade de gênero e orientação sexual - ideia reforçada em diversos discursos do então candidato à presidência Jair Bolsonaro. O uso desse termo

¹ Trabalho encaminhado ao GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros do XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUCSP sob orientação do Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado, e-mail: brunalcallegretti@gmail.com.

(ideologia de gênero), na verdade, ganhou força a partir de 2014, quando o Ministério da Educação tentou incluir no Plano Nacional de Educação as temáticas de educação sexual, combate a discriminações e promoção da diversidade de gênero e orientações sexuais, fato que gerou uma grande reação contrária por parte de grupos conservadores, a ponto de a proposta ser aprovada sem fazer menção a esses temas.

Apesar de os debates acerca de gênero e sexualidade terem ganhado mais visibilidade na mídia nos últimos anos, especialmente com a expansão das redes sociais, que permitem que o espectador saia de um papel passivo e comece também a pautar as temáticas sobre as quais a mídia tradicional trata, a discussão é ainda incipiente e bastante estereotipada. Efeitos disso aparecem nos números ligados à violência dos grupos LGBT coletados na pesquisa do Grupo Gay da Bahia – GGB, entidade que reúne dados sobre homicídios da população LGBT há 38 anos, intitulada *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2018*. Segundo a entidade, o Brasil é o país que mais mata indivíduos por motivação de gênero e sexualidade. Considerando a possibilidade de ser um panorama menor do que o real, porque inclui apenas os casos relatados e identificados enquanto crimes de ódio, a realidade brasileira é preocupante.

Em meio a esse cenário, entre uma série de discursos acalorados por parte das autoridades do governo, os da ministra Damare Alves sobre o tema têm causado controvérsia em diversos setores da sociedade. Antes de abordá-los, convém analisar a própria mudança de nome da pasta de Ministério dos Direitos Humanos para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que diz muito sobre o direcionamento do governo. Os direitos da “mulher” e da “família” poderiam ser ditos simplesmente como “direitos humanos”, mas, optar pelo uso dos termos individualmente é uma maneira de fixar a que mulher e a que família está se referindo.

Quando se define um ser mulher ontológico e um tipo de família naturalizado, recai-se sobre um sistema opressivo que sustenta essas categorias em detrimento de outras. Para a filósofa Judith Butler, é justamente essa necessidade de categorizar identidades que dificulta sua defesa. Para ela, não é preciso supor uma identidade como premissa para que se possa lutar por ela. Essa abordagem fundacionista, por se basear no conceito da identidade, seria incapaz de transformá-lo ou expandi-lo (BUTLER, 2014). Com isso, quem não se enquadra às definições de mulher e família estabelecidas nesse discurso, pode ficar à mercê da própria sorte num governo como esse. Ainda para Butler,

sexo e gênero são efeitos, e não causas, de instituições, discursos e práticas (SALIH, 2018), não havendo um ser pré-discursivo ou uma identidade que se possa dizer “natural”.

Ao se abordar a noção de gênero pelo critério do que é ou não natural, argumento que surge em diversas falas do discurso bolsonarista, suscita-se a ideia de que se está recorrendo a um argumento imparcial, já que essa naturalidade seria consequência de uma condição biológica. A construção de muitas falas da ministra Damares Alves, como em seu discurso³ na Comissão de Seguridade Social e Família na Câmara dos Deputados em junho de 2019, se preocupa em trazer um respaldo da medicina ao falar de gênero e identidades. Em seu pronunciamento, a ministra diz que os médicos estão preocupados com a confusão que crianças e jovens enfrentam com relação a suas identidades, fato que seria decorrência da difusão da “ideologia de gênero”, que teria criado 70 identidades de gênero diferentes, segundo Damares. Mas, apesar de essa construção discursiva relacionar natural a biológico, a significação dada ao termo relaciona-se mais a uma concepção fundamentalista, daquilo que é porque foi criado para ser e, com isso, não é passível de ser discutido. Isso explica a aderência de grupos religiosos ao discurso do governo e o próprio caráter evangelista que o Ministério adquiriu após a posse do novo presidente, com uma abordagem catequizadora da titular da pasta em audiências públicas.

Em meio a falas polêmicas de Damares em cultos, que se espalharam na internet após sua indicação ao cargo, uma fala fora deles, proferida logo após sua posse, em 2 de janeiro, foi motivo de intensa movimentação, especialmente nas redes sociais: “Uma nova era começou: menino veste azul e menina veste rosa”. O depoimento foi esclarecido pela ministra como sendo uma metáfora contra a “ideologia de gênero” e muitos leram o fato como cortina de fumaça, expressão usada para quando alguém solta uma polêmica apenas para desviar atenção de outra ação de governo mais séria que está ocorrendo em paralelo. O fato é que, cortina de fumaça ou não, a frase é a ponta do iceberg de um sistema reforçado também pelo nome da pasta, em que um ser dotado de seu gênero deve corresponder a uma determinação lógica naturalizada que liga uma conformidade fisiológica a um certo modo de se portar e agir socialmente. Dizer que meninos usam azul e meninas, rosa não é só um olhar simplista sobre a temática de gênero, mas a exposição de um sistema lógico, normativo e discursivo, muito bem enraizado e com consequências tanto no âmbito individual quanto no coletivo e político: o sistema patriarcal e

³ Discurso disponível no canal oficial da Câmara dos Deputados no Youtube, acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=VxGHV7wCuQ4&t=6260s>.

heteronormativo, marcado por um binarismo estrutural. Sobre isso, Butler explica que gêneros e sexos são construídos no interior de uma matriz heterossexual (SALIH, 2018).

Butler também explora essa lógica que relaciona identidades com modos de se portar socialmente ao tratar de “interpelação”, termo que diz respeito ao ato chamar alguém, convocá-lo ao discurso. Para a filósofa, as posições de sujeito são conferidas e assumidas por meio do ato pelo qual a pessoa é chamada. Sobre a nomeação “menina”, quando se descobre o sexo de um bebê no nascimento por exemplo, Sara Salih traz a explicação de Butler: “A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma” (SALIH, 2018, p. 108). Por isso, a esfera discursiva, protagonizada no discurso bolsonarista por um “ser mulher” ou “ser menina”, carrega um alto teor normativo.

Assim como no exemplo anterior, Damares trabalhou a mesma lógica normativa com relação a gênero em seu pronunciamento⁴ no Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. Ao apresentar a pasta como “Ministério da Mulher”, a ministra explicou se tratar de um “ministério cor-de-rosa”, ou “o ministério mais bonito da Explanada”, que também remete à lógica patriarcal cujo olhar para o ser mulher se dá a partir da ótica da beleza, fato que, ainda hoje, dificulta que mulheres sejam respeitadas e credibilizadas fora da esfera privada e das pautas comportamentais. Ainda reforçando o binarismo das categorizações, a fala da ministra defendeu que, se meninos e meninas fossem tratados como iguais, como “defenderam certas ideologias”, com menção implícita à chamada “ideologia de gênero”, estaria sendo dito que as meninas também aguentariam apanhar – ideia que faz uso de outro estereótipo no qual a masculinidade pressupõe uma virilidade agressiva. Na linha oposta, a feminilidade é tratada com paternalismo e pautada em sua fragilidade, portanto, os meninos teriam que ser ensinados a levar flores às meninas e a abrir a porta do carro, ainda segundo a fala da ministra, demonstrando mais uma vez uma fixação nas pautas morais e de vida privada.

Para entender o campo discursivo mais amplo no qual o discurso de gênero está inserido, é possível evocar a Teoria do Discurso, apresentada por Ernesto Laclau, que investiga como práticas sociais articulam ou contestam discursos que constituem a realidade social. Nessa ótica, um discurso articula significantes flutuantes e os amarra em pontos nodais, que são significantes vazios que adquirem sentido no discurso, costurando-

⁴ Pronunciamento transmitido pela TV Nacional Brasileira, do Governo Federal, e acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=GN8wIGw63Fc>.

o e instaurando uma lógica retroativa que cria um conjunto de novos sentidos na cadeia significante. Na análise em questão, o termo “ideologia de gênero” pode ser entendido como ponto nodal no bolsonarismo com relação ao tema, já que adquire significado próprio e contingente dentro do discurso, assumindo teor de ferramenta ideológica de dominação baseada na perspectiva de gênero. Essa ideia atribui significado inclusive retroativamente, passando a ler eventos passados, presentes e futuros com base nessa premissa que ressignifica qualquer demanda de visibilidade ou expansão de direitos de identidades não-heteronormativas como estratégia de doutrinação dos “ideólogos de gênero”.

Dentro dessa amarração discursiva, constroem-se cadeias equivalenciais de demandas que articulam suas diferenças em prol de uma construção hegemônica. Olhando para os limites do discurso, Laclau propõe entender os antagonismos como fronteiras desse campo discursivo, apontando para inexistência de homogeneidade na sociedade, havendo sempre um discurso hegemônico e outros discursos antagônicos. O antagonismo seria, então, constitutivo da esfera discursiva, que tem sempre uma dimensão relacional (HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000). Com a acentuação da polarização de discursos, que teve seu estopim no período eleitoral de 2018, os antagonismos ficaram mais evidentes, acirrando as disputas por dar sentido aos acontecimentos. Apesar da constante disputa, foi a habilidade de articulação com outros discursos, como o religioso e o bélico, que possibilitou a hegemonia do discurso da direita bolsonarista, responsável por tê-la alçado ao poder. Sobre isso, esclarece Prado:

A prática da articulação, como um sistema de fixação-deslocamento de diferenças, não pode, em Laclau e Mouffe, consistir de fenômenos puramente linguísticos. Em vez disso, deve considerar toda a densidade material das instituições, dos rituais e práticas, através dos quais uma formação discursiva se estrutura [...]. (PRADO, 2013, p. 98)

Com isso, entendemos que um discurso não é meramente uma escolha de palavras. A ligação entre “menina” e “rosa” e “menino” e “azul”, por exemplo, que parece uma abordagem até infantil, é muito mais o acionamento de instituições e práticas regulatórias que indicam o manual de comportamento relacionado às identidades do sujeito. Assim, mais do que olhar superficialmente, é preciso “tratar a linguagem não somente como representação dos estados do mundo, mas como campo de falar-fazer simbólico” (PRADO, 2013, p. 89).

O pânico moral

Na articulação discursiva, um grupo heterogêneo organiza-se em torno das equivalências: religiosos, militares, classe média conservadora e a própria classe trabalhadora, tomada pela pauta do resgate aos valores morais perdidos, que teriam levado a um cenário de gozo desmedido na política por meio da corrupção. O controle do gozo e das pulsões faz parte da mentalidade moderna e pós-industrial. Sobre isso, Isleide Arruda Fontenelle esclarece como Freud, em *O mal-estar na civilização*, explicava a relação entre pulsões e aculturação no momento histórico da sociedade industrial e Bauman apontava o adiamento da satisfação do gozo como preceito do “modo moderno de estar no mundo” (*apud* FONTENELLE, 2017). Essa lógica de satisfação parcial, mas nunca plena, das pulsões é o que alimenta a mentalidade capitalista e se estende a outras esferas além do consumo. Ainda dentro da psicanálise, Lacan, retomando a ideia freudiana de “supereu”, cria o conceito de “imperativo do gozo”, que seria essa busca pelo gozar.

O controle do gozo, entendido como necessário para limpar o cenário político de corrupção, requer o controle do corpo e dos modos do corpo e isso leva diretamente ao controle dos desejos que possam subverter a lógica da “família tradicional brasileira”, termo que se popularizou após as eleições e reflete essa estrutura normativa de organização da vida social.

Essa lógica libidinal que teria levado ao gozo desmedido e é condenada nas questões de gênero é, por outro lado, reforçada pelo discurso bélico e pela comemoração festiva do retorno aos valores da família. Pode-se perceber que não se trata de pregar uma vida pudica e recatada, mas de direcionar o gozo aos assuntos de interesse do grupo político que lidera o discurso. Se liberação de armas e menor controle da exploração ambiental, por exemplo, estão entre as propostas políticas do governo, o gozo dentro dessa temática assume outra conotação, controlada porém permitida. E não só o gozo como o mais-gozar. A respeito do termo, esclarece Prado, citando Juan-David Nasio:

Nasio fala de três tipos de gozo (*jouissance*): o gozo do Outro, o gozo fálico e o mais-gozar. O primeiro, gozo do Outro, é um limite jamais atingido, uma idealização do gozo a atingir, mas sempre buscada. O gozo fálico regula, a partir de um limite, a descarga de gozo. O mais-gozar é a ‘energia libidinal’ que passa nessa válvula fálica (PRADO, 2013, p. 38).

Já pautas que digam respeito ao “outro”, e conseqüentemente ameacem o “mesmo”, como visibilidade de grupos LGBT, debates de gênero ou mesmo recursos destinados à educação, são tratados com medidas moralistas e de austeridade. O próprio peso, dentro da pauta da educação, na abordagem reducionista e fragmentada de professores como doutrinadores e estudantes universitários como “vagabundos”, que abusam de drogas e do dinheiro público, os “idiotas úteis”, expressão usada pelo presidente Jair Bolsonaro ao se referir aos manifestantes presentes nos atos de 15 de maio em favor da educação, dá ideia dessa articulação em torno de gozo *versus* não-gozo. As cadeias equivalenciais geram uma lógica diferencial com aquilo que não está articulado dentro do discurso, daí decorre a própria noção de “mesmo” e “outro”.

É importante observar o fato de que a questão moral é central no discurso do governo no tocante a gênero, mesmo que o debate vá muito além, incluindo, por exemplo, paridade salarial. A própria ministra Damares usa esse critério para separar o que é digno de ser pleiteado, como melhores salários, e o que não é, como expansão dos direitos e da visibilidade da comunidade LGBT, que seriam moralmente questionáveis, apesar de se referirem muito mais a um direito à vida e à liberdade do que a uma pauta estética e comportamental. O debate que, efetivamente, interessa à esfera pública se torna segundo plano em meio a discussões da vida privada. Quando é feita essa opção e o discurso se centra na “ideologia de gênero”, utiliza-se um recorte que associa assuntos polêmicos ou tidos como tabu, como aborto e homossexualidade, a educação, especialmente educação de crianças. Essa dupla é providencial para causar um pânico moral e acionar o alarme: “protejam suas crianças”. Assim, é possível cooptar, para dentro da lógica equivalencial, um grupo formado por pais preocupados com os valores e a educação de suas crianças e contaminados pelo medo, expandindo ainda mais os aderentes ao campo discursivo. E, também com isso, “ideologia de gênero”, enquanto ponto nodal, atribui significado a outros significantes como “educação sexual”, que assume o teor de doutrinação infantil.

Em artigo para a edição 53 dos *Cadernos Pagu*, publicação da UNICAMP no campo dos estudos de gênero, Fernando de Figueiredo Balieiro contextualiza o surgimento desse pânico moral no Brasil como advindo, em maior volume, de 2011, quando a bancada evangélica se posicionou contra o Programa Escola Sem Homofobia do Ministério da Educação, que visava combater a violência e a discriminação de pessoas LGBT nas escolas, entendendo a necessidade de incluir tais pautas como direitos humanos dignos de uma política educacional. A partir daí, iniciou-se a noção que tomou

força posteriormente com o termo “ideologia de gênero”, baseada numa ressignificação da proposta original. Balieiro explica:

A oposição a tal agenda de direitos humanos se efetuou a partir de um recurso discursivo estratégico: uma mudança na chave interpretativa na qual a expansão de direitos à população LGBT contida nas iniciativas governamentais era concebida como uma ameaça às crianças. No lugar de se apresentarem como contrários à equiparação de direitos, os agentes do pânico moral se mostraram como defensores dos direitos das crianças, enquanto seus adversários foram transformados em inimigos com presumidas intenções ocultas que ameaçariam as bases da sociedade. A transformação interpretativa, levada a cabo pelos agentes que dispararam o pânico moral, obliterou posicionamentos de fundo preconceituoso que, quando explícitos, poderiam desqualificar sua fala. (BALIEIRO, 2018, p. 4)

Em seu artigo, Balieiro também demonstra como esse evento não consistiu em algo isolado e unicamente referenciado no programa de 2011 do Ministério da Educação, mas em uma reação a alguns avanços consecutivos que vinham sendo alcançados pela comunidade LGBT, como o reconhecimento pelo STF da união estável entre pessoas do mesmo sexo, que data de maio de 2011, e o debate acerca do PLC 122/2006, que visava criminalizar a homofobia, realizado pela Comissão de Direitos Humanos na mesma época. Todos esses eventos e as reações contrárias a eles se situam, ainda, dentro de um cenário global em que, já desde décadas antes, em 1995, com a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, organizada pela ONU, a Igreja Católica vinha se preocupando com a abordagem sobre gênero. À época, como explicam Miskolci e Campana (2017), o termo “mulher” foi substituído pelo termo “gênero”, fato que colocou em perspectiva e em evidência lógicas normativas até então pouco questionadas e visíveis, o que se tornava uma ameaça aos preceitos católicos. Com a ascensão mais recente dos evangélicos, essa lógica tomou proporções ainda maiores, avolumando a ideia de que uma ameaça estaria pairando no ar.

No discurso do medo, entra a noção de exposição precoce de crianças a conteúdos sexuais apoiada nas *fake news* sobre incluir aulas de sexo na formação básica. A menção que essa argumentação faz é à ideia de abordar educação sexual nas escolas, de forma a ensinar a criança a reconhecer, por exemplo, o que é um abuso e denunciá-lo a seus tutores, fato que seria de extrema importância ao contexto do país. Em relatório⁵ divulgado pelo Ministério da Saúde em 2018, entre 2011 e 2017, foram notificados

⁵ Relatório constante no Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde divulgado em junho de 2018 e presente nos arquivos oficiais do Ministério, acessado em: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>.

184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças. Fora isso, é preciso considerar os inúmeros casos não denunciados por absoluta inabilidade de a criança entender que aquilo é uma violência ou pela própria coação por parte do adulto.

É contraditório observar que, apesar do alarde acerca de uma suposta doutrinação infantil, a própria Damares Alves, no mesmo pronunciamento do Dia da Mulher anteriormente citado, reconheça a necessidade de uma política escolar que trate da questão de gênero. Isso aparece quando a ministra defende que, para diminuir os números de violência contra a mulher, é preciso falar com os meninos dentro das escolas. Com isso, observa-se que há o reconhecimento da importância de uma iniciativa de educação básica, mas desde que seja feita dentro dos moldes de um determinado tipo de pensamento. Ou seja, não se trata de poupar as crianças de conteúdos que seriam impróprios para a idade, mas de direcioná-las ao “caminho certo” dentro da lógica normativa. Isso fica claro quando Damares continua dizendo que “vamos ensinar os meninos a amar e respeitar meninas”, na lógica de que o sucesso do padrão heteronormativo ajudaria a reduzir a violência contra a mulher.

O funcionamento desse discurso tem acontecido muito mais fora da mídia tradicional (impressa e televisiva, por exemplo), mas, apesar de esse fator sugerir a existência de um debate mais plural, nesse caso, a força das redes sociais como articuladoras em torno de uma bolha, a começar pelos algoritmos que fazem com que os usuários só tenham contato com publicações cujos interesses são similares aos seus, funciona nos mesmos moldes dos dispositivos de poder retratados por Michel Foucault, a respeito dos quais esclarece Prado:

A força performativa dos dispositivos mediáticos e publicitários está em criar um campo mítico de pertencimento em que os leitores sentem, por assim dizer, participantes de uma força simbólica carregada de valor imaterial que emite palavras de ordem funcionando como pontos nodais (PRADO, 2013, p. 102).

Tamanha é a força simbólica e o valor imaterial ligados à ideia de pertencimento, que, nessa lógica discursiva, vale muito mais o sentir-se pertencente e reproduzir aquele discurso, do que checar a veracidade do que está sendo dito. A noção de fidelidade aos fatos fica em segundo plano, daí decorre a perda de força do jornalismo, que tem isso como preceito.

Essa ideia pode ser elucidada pelo conceito de “pós-verdade”, sobre o qual Lee McIntyre trata em seu livro homônimo. O autor aponta a negação da ciência, propagada

pela indústria do tabaco nos Estados Unidos entre os anos 50 e 60 e continuada pelas petrolíferas no início dos anos 2000, como precursora desse movimento. À época, para manter seus mercados, as corporações passaram a divulgar, em paralelo às pesquisas científicas que associavam o cigarro ao câncer e a ação humana ao aquecimento global, respectivamente, informações para causar dúvida no público com relação a esses mesmos assuntos. É a mesma lógica em que atuam grupos articulados dentro do bolsonarismo conhecidos popularmente como “olavistas”, em menção a Olavo de Carvalho, que questionam fatos que vão desde o formato do planeta até o próprio malefício do cigarro à saúde.

Esse contexto permite que se entenda, também, a preocupação e a oposição de discursos que atuem na esfera da pós-verdade com a educação e a difusão de informações, como é também o caso do discurso governista. Sobre o mecanismo de atuação dos articuladores dessa realidade, esclarece McIntyre: “*The selective use of facts that prop up one’s position, and the complete rejection of facts that do not, seems part and parcel of creating the new post-truth reality*”⁶ (MCINTYRE, 2018, P.34). Essa lógica, em que mesmo uma pesquisa científica com todo seu critério de execução é tratada com descrédito, explica, ainda, o próprio funcionamento da polarização e das *fake news*: “*In an environment in which partisanship can be assumed, and it is often enough to ‘pick a team’ rather than look at the evidence, misinformation can be spread in the open and fact-checking can be disparaged*”⁷ (MCINTYRE, 2018, p. 33 e 34).

McIntyre explica, ainda, trazendo noções da psicanálise, que há uma tendência de o indivíduo, ainda que confrontado com uma verdade factual diferente de suas crenças, continuar com elas, encontrando novas justificativas para explicar essa dissonância. Haveria uma identificação com o que se acredita a tal ponto que abrir mão disso seria abrir mão do seu eu, o que explica, principalmente em um contexto de polarização e passionalização na política, porque mesmo confrontados com inverdades apresentadas pelo governo, como no caso do suposto livro para ensinar conteúdos sexuais a crianças, apresentado por Bolsonaro em sua entrevista⁸ de campanha no Jornal Nacional e já

⁶ Em português: “O uso seletivo de fatos que apoiam uma posição, e a completa rejeição dos fatos que não o fazem, parecem ser parte e parcela na criação da realidade da pós-verdade” (tradução nossa).

⁷ Em português: “Em um ambiente que o partidarismo pode ser assumido e frequentemente é suficiente ‘escolher um time’ em vez de olhar a evidência, desinformação pode ser espalhada ao aberto e a checagem dos fatos pode ser depreciada” (tradução nossa).

⁸ Entrevista exibida pela Rede Globo em 28 de agosto de 2018 e disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6980200/>.

amplamente explicado sobre não ter sido jamais proposto para adoção em escolas, isso não foi capaz de abalar a crença na coerência do bolsonarismo ao tratar a temática da “ideologia de gênero”. Somado a esse fator, McIntyre inclui o efeito de grupo como parte importante para criação da atmosfera da pós-verdade (MCINTYRE, 2018), fato que retoma à necessidade de pertencimento a um mesmo campo simbólico.

A esfera discursiva

É inegável o peso da esfera discursiva dentro do cenário político. Os termos escolhidos dentro da construção dos discursos do bolsonarismo e seus significados contingentes e frequentemente apropriados de outros discursos demonstram a necessidade de se discutir conceitos, categorizações, significados por trás dos significantes e como eles se articulam formando um imaginário que se fecha em si. A falta de questionar o uso do termo “ideologia de gênero” nesta acepção dada pelo governo ou do termo “educação sexual”, que tomou sentido totalmente diverso daquele proposto inicialmente, leva a uma reprodução cega não só de palavras, mas de sistemas normativos que nelas se apoiam.

Apesar de as discussões de gênero terem ganhado volume, especialmente com a popularização do feminismo, o debate ainda gira em torno da existência de um ser mulher. Questiona-se suas acepções, busca-se ampliar o olhar para sair do estereótipo ou expor suas limitações, mas ainda se trabalha muito dentro da categorização, o que, na ponta oposta da linha, estimula as categorias opressoras usadas pela ministra Damare, por exemplo. Trata-se de definições distintas das categorias, mas ambos os pensamentos se dão na esfera da categorização.

Judith Butler contribui com esse debate com o conceito de “performatividade”, que usa para explicar o fato de que as identidades generificadas e sexuadas são construídas no discurso e pelo discurso, sem que exista um ser pré-discursivo ou um fazedor por trás do feito. Citando Foucault, Butler traz a ideia de identidade como uma “ficção reguladora” (BUTLER, 2018, p. 55). A esse respeito, explica a autora:

[...] certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente,

de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero. (BUTLER, 2018, p. 44)

A questão, então, seria entender e expor os limites da inteligibilidade normativa, que requer até mesmo um questionamento linguístico. Como é possível sair do binarismo de gênero se, na língua portuguesa, não existe um artigo neutro? Esse, por exemplo, é um dos fatores que, apesar de não encerrar a questão, atua cognitivamente na construção do indivíduo dentro de um sistema normativo.

Apesar de Butler concordar com algumas ideias de Simone de Beauvoir no que diz respeito ao gênero ser um processo que não tem origem ou fim, sendo algo que fazemos e não algo que somos (SALIH, 2018), ela discorda das feministas que militam em prol do direitos das mulheres partindo do uso da categoria mulher como um ser pré-discursivo. Para ela, toda discussão política precisa estar no campo discursivo, questionando e desconstruindo as categorias, com risco de se tornar mera substituição de uma demanda por outra, sem conseguir, de fato, uma mudança estrutural e sistêmica.

Não questionar as categorias discursivas e os significantes agrupados em torno do discurso bolsonarista pode ser um grande problema na articulação dos grupos antagônicos que se proponham a alcançar uma nova hegemonia, já que é preciso entender os sistemas escondidos por trás das terminologias para negociar as demandas não atendidas em novas cadeias equivalenciais. Sobre esse aspecto, a Teoria do Discurso esclarece e indica o caminho:

"[...] while sociologic views of social reaggregation cannot go beyond the limits of mechanistic or functional models, a notion such as 'equivalence' presupposes forms of relations between entities which are only apprehensible through a linguistic/discursive approach" (LACLAU in HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000, p. 11).⁹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. **“Não se meta com meus filhos”**: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, (53). Recuperado de <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

⁹ Em português: “[...] enquanto visões sociológicas sobre reagregações sociais não podem ir além dos limites dos modelos mecanicistas ou funcionais, uma noção como de ‘equivalência’ pressupõe formas de relações entre entidades que somente são apreensíveis por meio de uma abordagem linguística e discursiva” (tradução nossa).

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **Cultura do Consumo: Fundamentos e Formas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

GGB – Grupo Gay da Bahia. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2018**. 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

HOWARTH, D.; NORVAL, A.J.; STAVRAKAKIS, Y. (Orgs). **Discourse theory and political analysis. Identities, hegemonies and social change**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

LACAN, Jacques. **Kant com Sade**. in: Escritos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MCINTYRE, Lee C. **Post-truth**. Massachusetts: Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo**. Soc. estado. [online]. 2017, vol.32, n.3, pp.725-748. ISSN 0102-6992. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim epidemiológico: análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. 2018. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2013.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 5 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.